



Lei na Capital pune violação às prerrogativas da advocacia

Página - 6



OAB-MT integra Redes de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar

Página - 8

Corregedoria-Geral garante atendimento à advocacia por telefone

Depois do pleito da OAB-MT, a Corregedoria Geral de Justiça determinou aos juizes de todo o Estado garantir o acesso a informações sobre andamentos processuais por meio de telefone em todas as comarcas.

Página - 7

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Gisela Alves Cardoso

Secretário-Geral

Flávio José Ferreira

Secretário-Geral Adjunto

Fernando Augusto Vieira de Figueiredo

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Daltró

Conselheiros Federais

Felipe Matheus de França Guerra
Joaquim Felipe Spadoni
Ulisses Rabaneda dos Santos
Ana Carolina Naves Dias Barchet
Dúilio Piatto Junior
José Carlos de Oliveira Guimarães Junior

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Ana Laura Pereira
Aleandra Francisca de Souza
Antonio Luiz Ferreira da Silva
Claudia Pereira Negrão
Claudio José de Assis Filho
Daniele Izaura da Silva Cavallari Rezende
Dauto Barbosa Castro Passare
Diego Gutierrez de Melo
Edmar de Jesus Rodrigues

Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabíola Cássia de Noronha Sampaio
Felipe de Oliveira Santos
Hélio Udson Oliveira Ramos
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishiyama
Henei Rodrigo Berti Casagrande
João Mário Silva Maldonado
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Junior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Julierme Romero
Kleiton Araújo de Carvalho
Leonardo André da Mata
Luis Felipe Oliveira de Oliveira
Marina Ignotti Faiad
Mauro Paulo Galera Mari
Pedro Martins Verão
Roberta Vieira Borges Felix
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Ronaldo Bezerra dos Santos
Samir Hammoud
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alino Sena Rodrigues
Arnaldo Rauen Delpizo
Bruna Ergang da Silva
Bruno de Castro Silveira
Christian Jacks Lino Gasparotto
Cibeli Simões dos Santos
Cristiano Alcides Basso
Daniele Yukie Fukui
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marçal
Fernanda Mamede Beck Roveri
Gabriela de Souza Correia

Gustavo Tostes Cardoso
Ivan Carlos Santore
Jaqueline Proença Larréa Mees
Jefferson Luis de Queiroz
José Luiz de Aguiar Bojikian
Kamila Michilo Teischmann
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Leonardo Giovane Nichele
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Correa
Mário Olímpio Medeiros Neto
Narana Souza Alves
Nelson Aparecido Manoel Junior
Pedro Antonio dos Santos
Reinaldo Américo Ortigara
Rhandell Bedin Louzada
Ricardo Ferreira de Andrade
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Zeferino Pereira
Juliana Ribeiro Salvador
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Tatiane de Barros Ramalho
Wanessa Correia Franchini Vieira

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: José Patrocínio de Brito Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
Mário Olímpio Medeiros Neto
Helio Udson Ramos de Oliveira
Marina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora**Presidente:** Flávio José Ferreira

Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Julierme Romero
José Luis de Aguiar Bojikian
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Membros: José Sebastião de Campos Sobrinho
Daniele Yukie Fukui Rebouças
Roberta Vieira Borges
Ricardo Ferreira de Andrade
Luis Carlos de Oliveira Assumpção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT)**Presidente**

Italo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretária-Geral

Clarissa Lopes Dias

Secretário-Geral Adjunto

Fabrício Renan Pasto Pavan

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

DIRETORIA DO TED

Presidente

JOÃO BATISTA BENETI

Vice-Presidente

SILVANO MACEDO GALVÃO

Secretário-Geral

CHRISTIANO ALEXANDRE GONÇALVES DE SOUZA

Membros Relatores**1ª TURMA****Presidente**

RENATO DE PERBOYE BONILHA

Membro

DIÉGO MONTEIRO DE ARRUDA FORTES

Membro

ESTELA MARIS PIVETTA

Membro

RAQUEL BRAZ MARUO MACHADO

Membro

MAURÍCIO SALES FERREIRA DE MORAES

2ª TURMA**Presidente**

ROBERTO ANTUNES BARROS

Membro

BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO

Membro

LETICIA PEREIRA

Membro

ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA

Membro

LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE

3ª TURMA**Presidente**

PEDRO MARCELO DE SIMONE

Membro

SEILA MARIA ALVARES DA SILVA

Membro

HUDSON ROQUE BOBATO SCHMIT

Membro

FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM

Membro

ALENCAR FELIX DA SILVA

4ª TURMA**Presidente**

JOÃO MANOEL JUNIOR

Membro

JOSÉ RAVANELLO

Membro

LUCIANE BORDIGNON SILVA

Membro

LUIZ ANTONIO GIROLDO FILHO

5ª TURMA**Presidente**

GILDO CAPELETO

Membro

ANA MARCIA SOARES MODESTO

Membro

VLAMIR MARCOS GRESPLAN JUNIOR

Membro

ELDER KENNEDY DE ALMEIDA SANTOS

Membro

PAULO HENRIQUE GAIVA MUZZI

6ª TURMA**Presidente**

JACKSON MÁRIO DE SOUZA

Membro

VINÍCIUS MANOEL

Membro

VANESSA PINHO SILVA

Membro

MAYARA TONETT GALIASSI SCHEID WEIRICH

Membro

ADRIANO COUTINHO DE AQUINO

7ª TURMA**Presidente**

HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR

Membro

LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO

Membro

JULIANO HIGINO DA SILVA JUNIOR

Membro

VANESSA PIVATTO

Membro

ANDERSON ADIEL POSTAL

8ª TURMA**Presidente**

EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI

Membro

JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA

Membro

JOSINEIA SANABRIA ORTIZ PRADO

Membro

LAURA GABRIELA BALBINOT DOS ANJOS

Membro

EVANDRO SILVA FERREIRA

9ª TURMA**Presidente**

ESTEVÃO PINHEIRO JOTA

Membro

RAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS

Membro

LETICIA SILVA DE LIMA

Membro

MARIA TERESA MARANHA PASTANA

Membro

RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA

10ª TURMA**Presidente**

LUIZ CARLOS MOREIRA DE NEGREIRO

Membro

MARCELO AUGUSTO BORGES

Membro

CAROLINA ATALA CASTILHO

Membro

RAPHAEL NAVES DIAS

Membro

EVANDRO SILVA SALVADOR

11ª TURMA**Presidente**

HUMBERTO AFFONSO DEL NERY

Membro

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Membro

TENILLE PEREIRA FONTES

Membro

GABRIEL AUGUSTO CAMILO ANCHIETA

Membro

JOÃO PAULO HADDAD FRANCO DÁLIA

DIRETORIA DO TDP**Presidente**

Andre Stumpf Jacob Goncalves

Vice-presidente

Maurício Magalhães Faria Neto

Secretário-geral

Gilberto Maltz Scheir

Secretário-geral Adjunto

Alex Martins Salvatierra

Jornalistas:
Natacha Wogel - DRT/MT 794
Sissy Cambui - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243 e ZF Press

Fotografias:
ZF Press, Assessoria/TJMT, Eugênio Novaes/Assessoria/CFOAB e Davi Vale/ Prefeitura de Cuiabá

Diagramação e Editoração:
Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:

@oabmatgrosso
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional**Tiragem:** 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921



Colégio de Diretores-tesoureiros da OAB discute desafios e boas práticas de gestão

O diretor-tesoureiro da OAB-MT, Helmut Flávio Preza Daltro, participou do segundo Colégio de Diretores-Tesoureiros dos Conselhos Seccionais, realizado na sede da OAB Nacional, em Brasília, no dia 21 de agosto. O encontro tratou da responsabilidade fiscal e melhoria dos sistemas de gestão.

Os dirigentes falaram sobre os desafios de equilibrar as contas, combater

a inadimplência e criar novas fontes de receitas. As boas práticas adotadas pelas tesourarias das seccionais também foram compartilhadas. Todo o trabalho está voltado para o cumprimento do provimento 185/18 que dispõe sobre as regras de gestão do sistema OAB, incluindo-se a aderência aos fundamentos de responsabilidade fiscal, o desenvolvimento do capital humano, a tecnologia da infor-

mação e a transparência.

“Temos um grupo muito qualificado de tesoureiros em todo o Brasil que está compenetrado em fazer o melhor trabalho em prol da gestão e transparência de todo sistema OAB. Ouvimos depoimentos muito importantes sobre a aplicação do provimento 185, a melhoria das regras de governança e a revisão de muitos contratos que têm gerado efetivamente

um ganho para toda a advocacia brasileira. Teremos um grande e enriquecedor resultado para que cada seccional possa ter uma aplicação melhor dos recursos de cada advogado brasileiro. Nós pretendemos ter uma OAB cada vez melhor para que cada advogado possa se orgulhar da nossa instituição”, afirmou o diretor-tesoureiro da OAB nacional, José Augusto de Araújo Noronha.

OAB pede a suspensão da abertura de cursos de Direito por cinco anos

O secretário-geral da OAB, José Alberto Simonetti, e o diretor tesoureiro da OAB, José Augusto Araújo de Noronha, se reuniram com o ministro da educação, Abraham Weintraub, para solicitar a suspensão da autorização para abertura de novas graduações em Direito, pelo prazo de cinco anos, até que se verifique a qualidade dos cursos já existentes. O encontro foi no dia 14 de agosto, no Ministério da Educação, e teve a participação do assessor especial do ministro da educação, Victor Safatis Metta, e dos deputa-

dos federais, Felipe Francischini (PSL-PR) e Caroline de Toni (PSL- SC).

“A função da OAB é colaborar para o aperfeiçoamento e a promoção da qualidade do ensino jurídico no país. Externamos nossa preocupação com o elevado número de cursos autorizados nos últimos anos e com a precariedade de determinadas instituições que oferecem ensino jurídico. Nossa solicitação é para que tenhamos um prazo para avaliar os cursos já criados”, afirmou Simonetti.

Para José Augusto Araújo de No-

ronha, “o Brasil não precisa de mais nenhum curso jurídico nos próximos 30 anos. O que há necessidade é uma maior fiscalização para que os cursos, que não alcançaram os índices de qualidade apresentados para a abertura das vagas, sejam fechados. A situação é grave, na medida em que esses cursos lançam milhares de bacharéis no mercado, que não tem condições de serem aprovados no Exame de Ordem e, portanto, não podem exercer a advocacia”.

De acordo com o documento entre-

gue pela OAB ao Ministério da Educação, “no ano de 2019, foram autorizados 121 cursos de Direito com 14.891 vagas anuais, totalizando atualmente 1.684 cursos jurídicos em funcionamento no Brasil, em sentido contrário a opinião emitida por esta Instituição. Ressaltamos que no período de 2005 a 2011 foram criados 324 cursos de Direito ao passo que no período de 2011 a 2019 (atual) foram criados 472 cursos (anexo), o que ratifica a ausência de critérios adequados à criação dos cursos”.

Comunicação OAB Nacional

Entra em vigor portaria que normatiza acesso da advocacia ao Detran-MT

A advocacia mato-grossense teve mais um avanço para comemorar no mês de agosto. Entrou em vigor, no dia 27 de agosto, a Portaria Nº 610/2019 do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (Detran-MT) que normatiza o acesso dos advogados e advogadas aos processos administrativos em trâmite na autarquia, assegurando o respeito às prerrogativas profissionais.

A norma é fruto do trabalho desenvolvido pela OAB-MT, por meio da Comissão de Direito de Trânsito e do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP).

“Durante toda a gestão fazemos um trabalho junto aos Poderes para, por meio de normas e leis, assegurarmos a defesa das prerrogativas e melhorar o trabalho dos advogados e advogadas. E este é mais um resultado deste trabalho que podemos comemorar no Mês da Advocacia”, declarou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

A portaria normatiza prerrogativas da atuação do profissional da advocacia em processos administrativos e obtenção e informações de seus clientes junto ao Detran-MT, trazendo clareza e seguran-

ça, tanto para advogados e advogadas, quanto para os servidores da autarquia.

Presidente da Comissão de Direito de Trânsito da OAB-MT, Giovane Gualberto explicou que a maioria das informações que tramitam no Detran-MT são de caráter sigiloso e, portanto, requer a juntada de procuração para que o advogado tenha o acesso.

No entanto, a norma permite que, em caso de urgência, respeitando a prerrogativa da advocacia, será possível atuar sem procuração, desde que seja firmado o compromisso de apre-

sentá-la no prazo de 15 dias.

Conforme estipulado no artigo 3º, na procuração a ser apresentada deve constar amplos poderes para atuação junto ao órgão e ser acompanhada de cópia da carteira profissional e documentos do cliente representado.

“A portaria respeita as prerrogativas da advocacia e garante que os advogados e advogadas sejam atendidos de forma a obter as informações necessárias junto ao Detran-MT para fazer a defesa necessária de seus clientes”, completou Giovane Gualberto.



OAB-MT realiza segunda reunião integrada das comissões temáticas

A OAB-MT realizou, no dia 23 de agosto, a segunda reunião integrada das comissões temáticas. A entidade conta com 54 comissões acerca dos mais diversos temas, compostas por mais de 1 mil profissionais da advocacia mato-grossense.

Com a entrada em vigor, no início de agosto, do novo regimento interno das comissões temáticas

da OAB-MT, o encontro teve como principal objetivo debater e esclarecer dúvidas dos presidentes e secretários-gerais sobre a norma.

Também participaram da reunião os presidentes do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT) e Caixa de Assistência dos

Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) para apresentar as principais ações dos órgãos e instrumentos que possam melhorar o trabalho das comissões.

Entre elas estão o caráter consultivo do TED, a importância da participação das comissões temáticas na defesa das prerrogativas, as parcerias oferecidas pela CAA/MT e a disponibilização de cursos e eventos pela ESA-MT.

Já em relação ao novo regimento, a coordenação das comissões explicou seu papel e a intenção de realizar periodicamente as reuniões integradas para viabilizar o cumprimento das metas, bem como as diretrizes de gestão.

Também foi destacado o papel do secretário-geral em cada comissão e o rigor quanto à participação de seus membros.



Em reunião institucional, OAB-MT e PJC ampliam canal de diálogo

Com o objetivo de estreitar os laços e ampliar o diálogo entre advocacia e Polícia Judiciária Civil (PJC), a diretoria da OAB-MT e a Comissão de Direito Penal e Processo Penal reuniram-se com o coordenador jurídico da PJC, delegado Joaquim Leitão, no dia 26 de agosto.

No encontro, segundo o delegado, foram discutidos temas importantes para encurtar a distância entre a OAB-MT e a PJC. “Acreditamos que todo diálogo institucional é sempre bem-vindo e certamente avançaremos nessas pautas em breve”, disse.

Presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal da OAB-MT, Leonardo Bernazzoli explicou que o objetivo é manter um canal de comunicação direta e institucional visando resguardar as prerrogativas da advocacia nas unidades da PJC.

“Nosso propósito é o encontro e o diálogo contínuo com as instituições e queremos construir, juntos, uma via de mão dupla permanente para construir soluções, otimizar serviços e dirimir eventuais conflitos”, comentou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos

OAB discutirá projeto para barrar violadores de prerrogativas nos quadros da advocacia

A OAB nacional, por meio do Colégio de Presidentes e do Conselho Federal, discute a redação de um projeto a ser apresentado ao Congresso Nacional para alterar o Estatuto da Advocacia no sentido de impedir que autoridades que violem prerrogativas da advocacia sejam aceitas nos quadros da Ordem depois que deixarem seus cargos. Segundo o secretário-geral adjunto da OAB Nacional, Ary Raghiant Neto, o objetivo da iniciativa é fortalecer a rede de prerrogativas da advocacia ao estabelecer o que chamou de ficha limpa do advogado.

“Para se inscrever nos quadros da OAB, é preciso ter idoneidade moral. O

Conselho Federal e o Colégio de Presidentes querem debater uma perspectiva de que aquele que viola as prerrogativas dos advogados, seja qual for o cargo que tenha ocupado, não é idôneo para se inscrever nos quadros da advocacia. Portanto, vamos levar ao Congresso Nacional uma proposta de mudança legislativa no nosso estatuto que contemple a ficha limpa do advogado. Aquela autoridade pública que violar prerrogativa por um determinado tempo será inidôneo e, portanto, não poderá se inscrever nos quadros da Ordem. O que se quer com essa medida é reforçar o conjunto de prerrogativas para que a advocacia tenha total liberdade no

exercício profissional em favor da cidadania”, disse Raghiant Neto.

Responsável pela redação da proposta que será debatida pelo Colégio de Presidentes e no Conselho Federal, o presidente da OAB-PR, Cássio Telles, lembrou que a demanda nasceu a partir da aprovação, na última gestão, de uma súmula que estabelece que autoridades que violam sistematicamente ou de maneira grave as prerrogativas profissionais, ao pedirem a inscrição na OAB como advogado no futuro, sofrerão um processo de averiguação de idoneidade.

“Pretendemos agora transformar isso numa proposta legislativa, incorpo-

rando essa mesma ideia no Estatuto da Advocacia, porque entendemos que violadores de prerrogativas, aqueles que desrespeitam a classe durante o exercício de seus mandatos, de seus cargos como autoridades, não podem depois querer pertencer a advocacia”, afirmou Telles.

Evidentemente será uma redação impessoal e geral. Naturalmente que será sempre respeitado o contraditório e a ampla defesa. Não podemos aceitar no quadro de advogados e advogadas aqueles que um dia desrespeitaram rotineiramente ou de forma muito grave as nossas prerrogativas”, acrescentou o presidente da OAB-PR.

Comunicação OAB Nacional

Entra em vigor em Cuiabá lei que pune violação às prerrogativas da advocacia

Entrou em vigor no dia 13 de agosto, em Cuiabá, com a publicação no Diário Oficial, a Lei Complementar nº 471 de 9 de agosto de 2019, que inclui entre as condutas vedadas ao servidor público municipal a violação às prerrogativas da advocacia.

Apesar da ilegalidade já estar prevista na Lei Federal 8.906/94, a legislação municipal torna a conduta ilícito funcional. Ou seja, até então, era ato discricionário enquadrar ou não o servidor que, por exemplo, impedisse acesso de advogada ou advogado, no exercício profissional, aos autos de processo.

Agora, com a lei em vigor, o servidor público que cometer tal infração estará sujeito à punição com advertência.

Considerada uma importante conquista para a advocacia, a Lei Complementar nº 471 é fruto do trabalho realizado pela OAB-MT junto ao Poder Legislativo Municipal e Estadual em defesa das prerrogativas profissionais.

“Trata-se de mais um instrumento para garantia da ampla defesa e do contraditório e, conseqüentemente, a manutenção do estado democrático de direito na preservação dos direitos do cidadão”, destacou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

A proposta apresentada pela OAB-MT foi transformada em anteprojeto



pelo vereador Renivaldo Nascimento e o Executivo encaminhou a Mensagem à Câmara de Cuiabá que aprovou com 18 votos favoráveis e dois contrários.

Conforme a lei em vigor, será aplicada advertência por escrito, nos casos de violação de proibição constante na lei (prerrogativas e direitos dos advogados e advogadas no exercício profissional), e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna.

São prerrogativas da advocacia

estabelecidas nos artigos 6º e 7º da Lei 8.906/94, entre outras, exercer com liberdade a profissão em todo o território nacional; ingressar livremente edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado; examinar, em qualquer órgão

dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da administração pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos; ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais.

Assim, o servidor público municipal que violar alguma dessas condições, já estará sujeito à pena administrativa, além de poder responder por outras conseqüências legais.

Em Mato Grosso, Cuiabá foi o primeiro município a regulamentar a medida, que já vem sendo tratada em âmbito nacional de forma a criminalizar a violação das prerrogativas, na administração municipal.

Agora, com a lei em vigor, a OAB-MT desenvolverá, por meio de suas 29 subseções, um trabalho junto às prefeituras dos municípios mato-grossenses para que medidas semelhantes sejam adotadas nos executivos.

Proposta semelhante, encampada pelo deputado estadual Faissal Calil, também está em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) estendendo o ilícito funcional ao âmbito da administração do Estado.

Conselho Pleno da OAB-MT emite parecer favorável ao porte de arma da advocacia

Por maioria, o conselho pleno – instância máxima da OAB-MT – aprovou parecer favorável à liberação do porte de arma para profissionais da advocacia em equiparação aos membros da magistratura e do Ministério Público.

Sob relatoria do conselheiro Rhandell Bedin Louzada, o parecer considera que, não havendo, na forma da Constituição Federal, hierarquia entre juiz, promotor e advogado, os profissionais da advocacia devem gozar das mesmas condicionantes legais para o porte de arma de fogo.

Isso porque membros da magistratura e o Ministério Público não precisam comprovar a efetiva necessidade do porte em razão da sua atuação profissio-

nal, no entanto, os profissionais da advocacia, que atuam nas mesmas causas, não possuem o mesmo benefício.

Inclusive, os relatos apontados pelos conselheiros é de que há anos a Polícia Federal não reconhece a efetiva necessidade por parte dos advogados e advogadas. A necessidade, contudo, foi ressaltada, especialmente pelos profissionais que atuam nos municípios do interior, em conflitos agrários e até mesmo causas trabalhistas.

O parecer foi votado em sessão extraordinária do Conselho Pleno da OAB-MT e será encaminhado para análise do Conselho Federal, que está recebendo as manifestações de todas as seccionais.





Advogadas e advogados recebem homenagem na Câmara de Cuiabá

Mais de 100 advogadas e advogados mato-grossenses foram homenageados na Câmara de Cuiabá no dia 9 de agosto, em sessão solene promovida pelo vereador Diego Guimarães.

Elencada na Constituição Federal como atividade essencial à administra-

ção da Justiça, a advocacia foi reconhecida pelos parlamentares municipais e pela OAB-MT.

“Quando a sociedade percebe que por si só não consegue resolver um problema é aí que chama um advogado. E como vereador isso também acontece,

porque assim como o advogado é chamado para ajudar, o parlamentar diariamente faz isso”, afirmou Diego Guimarães.

Além dele, os vereadores Lilo Piniheiro e Abílio Junior também concederam moções de aplausos aos profissionais da advocacia durante o evento.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos ressaltou o papel da advocacia na garantia da manutenção do estado democrático de direito no Brasil. “O cidadão se socorre ao advogado como último sopro de Justiça, buscando os direitos mais básicos à saúde, liberdade”, disse.

Mais seis membros da OAB-MT são nomeados em comissões nacionais

A advogada Tatiana Monteiro Costa e Silva e os advogados Miguel Zaim, Carlos Eduardo Lopes, João Bosco Ribeiro Barros Junior, Valber da Silva Melo e Diego Fernando Oliveira passam a integrar as comissões nacionais da OAB.

Tatiana Monteiro Costa e Silva foi nomeada para integrar a Comissão Especial de Direito Urbanístico da OAB Nacional. Já o advogado Miguel Zaim, que preside a Comissão de Direito Condominial da OAB-MT, agora é também membro da Comissão Especial de Direito Condominial da OAB Nacional.

Da mesma forma, o presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB-MT, Diego Fernando Oliveira, também passa a compor a Comissão Especial de Direito Sindical em âmbito nacional.

Carlos Eduardo Lopes e João Bosco Ribeiro Barros Junior se tornaram membros consultores da Comissão Nacional de Advocacia Pública e Comissão Especial de Estudo do Direito Penal, respectivamente.

O advogado Valber da Silva Melo foi nomeado membro consultor da Comissão Especial de Garantia do Direito de Defesa.

Ao todo, quase 40 profissionais que integram os quadros da OAB-MT desempenham funções de âmbito nacional junto à Ordem.

Para o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, esta é uma demonstração de reconhecimento da advocacia mato-grossense que cada vez mais tem se destacado nacionalmente, a exemplo das ações desenvolvidas pela seccional que se expandem por todo o país.

CGJ garante atendimento à advocacia por telefone

Depois do pleito da OAB-MT, a Corregedoria Geral de Justiça determinou aos juízes de todo o Estado garantir o acesso a informações sobre andamentos processuais por meio de telefone em todas as comarcas. O argumento da OAB-MT para tal pedido foi a dificuldade de deslocamento da advocacia em Mato Grosso, dono de dimensões continentais, o que prejudica o exercício profissional quando informações não são fornecidas por telefone.

“... é imperiosa a necessidade de se recomendar aos juízes de primeira instância que reforcem a obrigatoriedade de atendimento de advogado via telefone, nos moldes acima citado”, frisou o corregedor-geral de Justiça, Luiz Ferreira da Silva, após citar as normas pertinentes à matéria.

O corregedor-geral também recomendou aos magistrados orientar os gestores para fornecer, por telefone, o estágio de tramitação dos processos à advocacia, “excluindo-se ... as informações dos processos que correm em segredo de justiça”, como consta do artigo 107 do Código de Processo Civil.

“Essa é mais uma importante conquista que vem facilitar o trabalho diário da advocacia em um estado com grandes dimensões como o nosso. Trata-se do efetivo exercício da profissão sendo facilitado”, comentou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

A decisão da Corregedoria Geral circulou como ofício a todos os juízes de Mato Grosso desde sua vigência, datada de 7 de agosto de 2019.

OAB-MT participa de reunião com Poderes em Sinop para cobrar celeridade no julgamento de processos de assentados

Sucessivos conflitos agrários que ocorrem na região norte do Estado mobilizaram membros da OAB-MT a participar, com diversos integrantes dos Poderes constituídos, de uma reunião em prol da celeridade no andamento dos processos de regularização fundiária. O encontro, realizado no dia 5 de agosto, contou com o membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, o deputado federal Carlos Veras.

Ao menos cinco processos que tramitam na Justiça Federal, seção de Sinop, foram tratados pelos participantes da reunião. O secretário-geral da OAB-MT, Flávio Ferreira, destacou que se tratam de áreas onde as famílias já estão assentadas, ou seja, que já receberam a posse das propriedades. Porém, seguem sofrendo atentados de proprietários rurais e grileiros da região.

“A OAB tem acompanhado esse processo nos últimos quatro anos. Trata-se de pessoas já assentadas que vivem invasões, agressões, violência. São agressões físicas, fogo nos barracos dos assentados, pessoas que já estão legalmente nos lotes, formalizados pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A pauta da reunião foi levar um apelo ao Judiciário e ao Ministério Público para que os



processos tenham decisão de mérito, não apenas provisória”, esclareceu o membro da diretoria da OAB-MT.

Os processos em questão dizem respeito a glebas dos municípios de Novo Mundo e Nova Guarita. No dia 25 de abril deste ano, após o lançamento do Caderno de Conflitos no Campo 2018, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra em Sinop, as famílias assentadas

nas propriedades alvos das ações realizaram um ato público em frente à Justiça Federal na cidade. Na época, em outra reunião com os juízes, o comprometimento foi para que as respostas dos processos saíssem dentro de 60 dias.

“São processos que se arrastam ao longo dos anos gerando uma insegurança jurídica muito grande na região. São decisões provisórias que causam uma sensação

de inoperância da Justiça. Então, nosso pedido é para que se decida e foi acolhido pelos três juízes federais, que se comprometeram a fazer isso dentro de três a quatro meses, dirimindo, assim, as jurisdições deles”, acrescentou o integrante da OAB-MT.

Flávio Ferreira ainda informou que o MPF também se comprometeu em, tão logo receba as denúncias de violência, que vai tomar as providências no sentido de abrir os processos criminais.

Participaram da reunião os juízes federais Murilo Mendes e Marcel Linhares, o procurador da República em Sinop, Felipe Giardini, a deputada federal por Mato Grosso, Rosa Neide de Almeida, o deputado estadual Valdir Barranco, a secretária-adjunta de Direitos Humanos de Mato Grosso, Saete Morockoski, o conselheiro federal da OAB-MT, Felipe Guerra, a vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da

OAB-MT e representante da Comissão Pastoral da Terra, Elizabeth Flores, o presidente da OAB Sinop, Eduardo Chagas, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Sinop, Denovan Isidoro, o membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Lauro de Siqueira, e o presidente do Fórum de Direitos Humanos e da Terra, José Inácio Werner.

OAB-MT integra Redes de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar

A formação das Redes de Proteção e Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher tem o compromisso prestado pela OAB-MT, que assinou, em 21 de agosto, o protocolo de intenções junto às demais entidades parceiras na iniciativa. A solenidade aconteceu no Palácio Paiaguás, com o governador Mauro Mendes, lançada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso durante a abertura da 14ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, assinou o protocolo de intenções para a criação das redes. Também deu o aval da instituição no Termo de Cooperação técnica entre as demais

para aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, que será adotado como uma das práticas preventivas de proteção, atendendo à Resolução nº 284/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O formulário tem por objetivo identificar os fatores que indiquem o risco de a mulher vir a sofrer qualquer forma de violência no âmbito das relações domésticas e familiares, para subsidiar a atuação do Poder Judiciário e dos demais órgãos da rede de proteção na gestão do risco identificado.

A solenidade foi acompanhada pelas presidentes das comissões da OAB-MT de Direito da Mulher, Clarissa Lopes, e de Saúde, Kárita Borges.



OAB VG lança 3ª Concurso de Redação com temática voltada à preservação ambiental

“O que são resíduos sólidos? O que fazem ao meio ambiente? Como proteger o meio ambiente?”. Esses são os temas norteadores do 3º Concurso de Redação lançado pela Subseção de Várzea Grande da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso. O projeto acontece em parceria com a prefeitura de Várzea Grande e serão mais de 470 crianças integrantes.

A iniciativa consiste em levar palestras, por meio das comissões da Jovem Advocacia e do Meio ambiente da OAB Várzea Grande, juntamente com membros das secretarias municipais de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, aos estudantes do 5º ano de cinco escolas municipais da cidade.

Durante as palestras, os alunos serão incentivados a escrever redações sobre os temas propostos. Os três melhores tex-

tos serão premiados pelos realizadores. O projeto também conta com a parceira da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Várzea Grande (ASSCAVAG).

A Escola Emanuel Benedito de Arruda, no bairro Jardim Costa Verde, já

recebeu a equipe da OAB VG em agosto. Os estudantes puderam conhecer o projeto e aprofundar conhecimentos sobre as temáticas propostas. “O objetivo, além da redação ser uma das formas de incentivá-los nas criações textuais e serem premiados por isso, é auxiliar na fixação da matéria, oportunizando a discussão da importância da educação ambiental na escola”, salientou a presidente da subseção, Flávia Moretti.

Discutir os resíduos sólidos, tema presente no cotidiano dos alunos, de forma lúdica pode contribuir para a compreensão

da História do Brasil e do mundo, envolvendo assuntos como a Revolução Industrial, como destacou a advogada. “Além dos pontos positivos, já que transformou definitivamente a sociedade em que vivemos, trouxe pontos negativos, como o

crescimento desordenado dos municípios e a falta de saneamento básico adequado para atender à demanda da imensa quantidade de resíduos gerados”, pontuou. A partir da reflexão, a apresentação aos alunos passa a abordar a classificação dos resíduos, os números no mundo, a posição do Brasil e a conscientização de cada um para adotar práticas em suas casas, na escola e em todos os espaços que convivem. “E, assim, colaborarem com o Sistema 5 Rs, ou seja, repensar, recusar, reciclar, reduzir e reutilizar. Repensar sobre os gargalos da produção e do consumo exacerbado na sociedade, recusando produtos de origens escusas, reduzindo o consumo e, por fim, a reciclagem e a reutilização, com a coleta seletiva”, acrescentou Flávia Moretti.

Além da teoria, a prática está sendo executada com a participação da ASSCAVAG, com a disponibilização de dispositivos de coleta de material reciclado para que as crianças realizem a entrega de materiais de casa, conforme orientação após a palestra.

Por fim, após a realização das palestras a iniciativa traz oficinas práticas com dobraduras, demonstrando a reutilização de material descartado sob a Supervisão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável.

OAB Sorriso adere a protocolo de intenções para criar rede local de proteção às mulheres

A Subseção de Sorriso da OAB-MT assinou, no dia 23 de agosto, o protocolo de intenções para criação das Redes de Proteção e Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. A medida, coordenada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, estabelece no município as atribuições de cada ente adepto à iniciativa.

À Comissão de Direito da Mulher da OAB Sorriso, assim como a diretoria da subseção, compete a realização de movimentos periódicos de conscientização sobre a relevância do combate à violência de gênero.

Dessa forma, a entidade visará, dentro de Sorriso, fomentar a participa-

ção social na pauta, em conjunto com o Conselho Municipal de Direito das Mulheres e o Sindicato Rural do município.

As ações a serem desenvolvidas pela subseção serão o planejamento e a coordenação de um calendário anual de

campanhas e atividades de conscientização social; a realização de campanhas específicas para públicos alvos essenciais ao combate da cultura de violência doméstica e familiar contra a mulher, e a organização e realização de reuniões trimestrais de alinhamento e aprimoramento das redes de proteção à mulher.

O protocolo de intenções foi lançado pelo TJMT na quarta-feira passada, no Palácio Paiaguás, durante a 14ª edição da Semana da Justiça pela Paz. Além da OAB-MT, do Poder Judiciário, integram ainda a iniciativa as forças policiais de Mato Grosso, o Ministério Público do Estado, o governo estadual, prefeituras, dentre diversos outros órgãos e entidades.



PCE: Entidades se unem em mutirão carcerário para amenizar superlotação

Uma reunião ampliada do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Corregedoria-Geral da Justiça, Vara de Execuções Penais de Cuiabá, OAB-MT, Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT), Defensoria Pública de Mato Grosso (DP-MT), Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) e Sindicato dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso (Sindspen-MT) definiu a realização de um mutirão carcerário para amenizar a superlotação nas unidades penitenciárias, em especial, na Penitenciária Central do Estado (PCE).

Principal unidade penitenciária de Mato Grosso, a PCE passará por obras de adequação de sua estrutura física e conta

OAB-MT requer melhorias e retirada de câmeras do parlatório

Mais que o restabelecimento do atendimento à advocacia na PCE, inclusive durante o período de reforma, a OAB-MT está tratando, junto à Sesp, de uma série de medidas para assegurar as prerrogativas da advocacia na unidade.

Uma delas é a retirada imediata das câmeras do parlatório. O local é uma das áreas atingidas pela reforma e a gravação de imagens viola a privacidade e o sigilo da conversa entre advogado e cliente estabelecida em lei.

Medida semelhante já foi adotada pela Ordem em relação ao Centro de Custódia da Capital (CCC) e atendida pelo Estado em 2016, quando as câmeras de vigilância foram realocadas para área externa, preservando a segurança no sistema, tanto em relação aos servidores, recuperandos, quanto a profissionais da advocacia, e também assegurando o cumprimento da legislação para garantir o sigilo.

O inciso IX do artigo 41 da Lei 7.210/84 elenca como direito do preso a entrevista pessoal e reservada com o advogado. Da mesma forma, o inciso III do artigo 7º da Lei Federal 8.906/94 estabelece que é direito do profissional da advocacia comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

atualmente com 2,4 mil reeducandos, o que equivale ao triplo de sua capacidade.

Durante o mutirão, uma força-tarefa fará a reavaliação processual da situação de cada reeducando, permitindo identificar os que são passíveis de progressão de regime, transferência e outros casos.

Participaram da reunião as comissões de Direito Carcerário, de Direito Penal e Processo Penal, de Direitos Humanos e da Jovem Advocacia da OAB-MT, que se articulará, junto à Defensoria Pública, para a análise processual dos reeducandos da PCE.

“Foi uma reunião extremamente positiva, com todas as autoridades envolvidas na administração do sistema carcerário sentadas à mesa para, de forma

técnica e prática, tentar dar uma solução para isso que é um grande problema da sociedade brasileira”, ressaltou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

De acordo com ele, como porta-voz da sociedade, neste primeiro momento a Ordem atua como elo entre reeducandos e as autoridades, recebendo denúncias e

demandas e, também, atuando no mutirão carcerário para análise, em regime de exceção, especialmente daqueles presos provisórios.

Mato Grosso tem um índice estimado de 51% de presos provisórios no sistema carcerário, acima da média nacional que é de 45%.



Comissão indicada pela Ordem fará vistorias não programadas

Além do mutirão carcerário que será realizado para amenizar a superlotação nas unidades penitenciárias do estado, a OAB-MT, frente às denúncias que tem recebido da sociedade em relação à situação dos recuperandos, vem adotando uma série de medidas.

Uma delas será a realização de vistorias constantes na PCE, que passa por obras de adequação de sua estrutura, sem prévio agendamento, para constatar, in loco, o dia a dia dos detentos.

Em tratativa já estabelecida com a Sesp e a diretoria da PCE, ficou acertado que um grupo de profissionais da advocacia indicados pela OAB-MT terá livre acesso à unidade, sem necessidade de prévio agendamento, para as vistorias surpresas.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos reforça que apoia a operação desencadeada pela Sesp na unidade e que as vistorias não programadas trarão mais transparência ao processo.

Atualmente a PCE abriga cerca de 2,4 mil recuperandos, o que equivale ao triplo de sua capacidade. Aproximadamente 51% são considerados presos provisórios, ou seja, ainda não tiveram condenações transitadas em julgado.

Nas visitas já realizadas pelas comissões de Direitos Humanos, de Direito Carcerário e de Direito Penal e Processo Penal da OAB-MT, a principal reclamação é justamente em relação às consequências da superlotação da unidade.

Também foram registradas reclamações quanto à qualidade da alimentação e da água e da circulação de ar no ambiente, que já foram encaminhadas para as providências necessárias.

No mutirão carcerário, a advocacia contribuirá voluntariamente, em parceria com a Defensoria Pública, na reavaliação dos processos dos recuperandos de forma a identificar aqueles que possam ser transferidos ou progredir de regime.

Comissão da OAB-MT apresenta demandas sobre regularidade em atendimentos à SES

A Comissão de Saúde da OAB-MT reuniu-se com o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Gomes de Figueiredo, para reivindicar a regularização no fornecimento de medicamentos essenciais a pacientes portadores de doenças respiratórias crônicas. A reunião aconteceu no gabinete da Secretaria de Estado de Saúde (SES). Outros assuntos também entraram em pauta, como o tratamento de custodiados no Sistema Penitenciário, a Farmácia de Alto Custo e a apresentação do Plano Estadual de Saúde.

Representantes da Associação Mato-grossense de Pacientes, Amigos e Familiares de Portadores de Doenças Respiratórias também integraram a reunião. Com os membros da OAB e a pneumologista Solange Montanha, membro convidada da Comissão de Saúde, explicaram as dificuldades enfrentadas para obtenção dos medicamentos e para ter acesso aos procedimentos necessários ao tratamento. Uma portadora morreu na última semana em virtude da falta de uns dos medicamentos.

“Primeiro problema é o diagnóstico, cujo exame precisa ser feito por uma pessoa especificamente treinada e apenas no Hospital Geral é feito, com médicos treinados. O que está acontecendo é que os pacientes estão entrando na rede como cateterismo cardíaco e estão se perdendo nas filas e morrendo. Precisa-



mos das câmaras julgadoras da Central de Regulação para que haja esse fluxo específico para onde tem os profissionais treinados. E não se libera medicação de alto custo sem esse diagnóstico, com esse exame”, detalhou a médica.

Conforme relatos dos participantes da reunião, desde dezembro um dos medicamentos específicos que complementa o tratamento desses pacientes crônicos está com deficiência na distribuição. “Isso é extremamente grave, é preciso essa regularidade com urgência”, reforçou So-

lange Montanha, contando o episódio da morte de uma paciente exatamente em virtude desse fator.

O problema não aflige apenas moradores de Cuiabá, mas de muitas cidades do interior, como pontuou a médica. Ela foi respondida pela equipe técnica a SES de que é necessário que os pacientes estejam cadastrados para o recebimento da medicação, o que deve acontecer através das secretarias municipais de saúde no interior.

O secretário-geral da OAB-MT, Flá-

vio Ferreira, descreveu a situação de fragilidade no atendimento de saúde e os riscos epidemiológicos com os visitantes da Penitenciária Central do Estado (antigo presídio Pascoa Ramos), onde há mais de 2,4 mil custodiados. “Com as visitas, são mais ou menos 4 mil pessoas que entram e saem do presídio toda semana, fora os servidores, que ficam em contato direto e vem pra cá. Essa é uma bomba relógio que vai explodir”, apontou.

Conforme relato da comitiva que foi à SES, existe uma resistência para que sejam implantadas medidas necessárias levantadas pelo Conselho da Comunidade – grupo multidisciplinar que acompanha todas as situações dentro do sistema prisional de Mato Grosso para apontar soluções, do qual a OAB-MT faz parte. Os representantes da Ordem pediram o apoio do secretário de Saúde, que se dispôs a montar um grupo de trabalho com foco no assunto, incluindo, inclusive, outras pastas do governo.

“Estamos aqui para apresentar uma demanda da sociedade, porque todo dia chega um ofício com uma denúncia ou pedindo que a OAB se prontifique a representar, ou que o Ministério Público entre com uma ação civil pública. Por isso, trouxemos todos os assuntos de uma vez”, esclareceu a presidente da Comissão de Saúde da OAB-MT, Kárita Borges da Silva.

OAB-MT e caciques de São Marcos pleiteiam ajuda de deputado federal em prol de indígenas

Depois de procurada por caciques da Terra Indígena São Marcos, no município de Barra do Garças, a Comissão de Direitos Humanos da OAB-MT requisitou a intervenção do deputado federal Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho, para ajudar a solucionar a falta de assistência à saúde do povo xavante na região. A reunião com o parlamentar aconteceu no dia 12 de agosto, com a presença dos caciques Xisto e Davi.

“Uma série de problemas tem ocorrido lá, morte de crianças, morte de pessoas idosas pela falta de amparo, de uma política séria que atenda à população indígena naquela região. O deputado se comprometeu de, em conjunto com a bancada federal de Mato Grosso, pleitear junto ao Ministério

da Saúde uma atenção àquela região”, pontuou o presidente da Comissão de Direitos Humanos e secretário-geral da OAB-MT, Flávio Ferreira.

A parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para solucionar os problemas de assistência à saúde indígena também foi cogitada.

Outra temática tratada no encontro foi a necessidade de reforma na Escola Estadual Indígena Hambi. “Precisa, com extrema urgência, de uma reforma para ampliação. O deputado, então, pediu que se formalizasse ambos os expedientes e se comprometeu também em fazer essa reivindicação junto à Secretaria de Estado de Educação”, acrescentou Flávio Ferreira.



VII Corrida da Advocacia movimentou Cuiabá e encerra as festividades do Mês da Advocacia

Assessoria Invent Comunicação

O clima quente e seco de Cuiabá não foi impeditivo para que cerca de mil advogados, advogadas e atletas de várias cidades de Mato Grosso e de outros estados participassem da VII Corrida da Advocacia, no dia 25/08, na área do aeroporto da empresa Bom Futuro. O percurso desafiador e a novidade da primeira meia maratona de Cuiabá (21km) foram muito comentados pelos atletas. O evento é uma realização da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato

Grosso (CAA/MT) e do Ultramacho, e finaliza as festividades do mês dos advogados.

“Eu acredito que quando o Léo (atual presidente da OAB/MT) criou a Corrida da Advocacia lá atrás ele não imaginava o nível de profissionalização que chegaria. Hoje, não só a advocacia participa conosco, mas a sociedade, que abraçou a ideia. Mudamos o percurso e criamos o incremento dos 21km, e a avaliação é muito positiva. Nos sentimos agradecidos e felizes pela receptividade e pela grande festa que foi o encerramento do mês dos advogados e das advogadas”, declarou o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Leonardo Campos, participou da corrida e enalteceu a equipe da Caixa e do Ultramacho pelo evento. “Quero parabenizar toda a diretora da Caixa e os colaboradores que fazem o fechamento do mês da advocacia com essa festa maravilhosa que congre-



ga a família, os advogados, as advogadas e a sociedade. Tudo perfeito, muito bem organizado e com a inovação da primeira meia maratona de Cuiabá. Todos já são vencedores por estarem aqui, esse é o nosso objetivo”, completou.

A Corrida da Advocacia é voltada para o incentivo a um estilo de vida ativo e saudável dos advogados (as), bem como promoção da qualidade de vida de seus participantes em geral. Com três percursos distintos de 5km, 10km e 21km, a prova foi dividida nas categorias advogados (as) e estagiários (as), público geral masculino e feminino e atletas com deficiência (ACDs) masculino e feminino.

O advogado Josué Ferreira de Souza, tricampeão nos 10km em provas anteriores, subiu no lugar mais alto do pódio também nos 21km. “Percurso difícil, bastante técnico, mas eu estava bem treinado e consegui superar o desafio e chegar em primeiro lugar. A Caixa e a OAB

estão de parabéns pela prova, organização excelente, com vários pontos de hidratação”, comentou.

A advogada Luciane Mildenerger, que participou de todas as edições da Corrida da Advocacia, foi a campeã dos 21km e enalteceu a iniciativa. “Já estava na hora da nossa Capital ter a sua meia maratona. Parabéns à Caixa dos Advogados por assumir esse protagonismo e possibilitar que os atletas não necessitem sair do estado para correr

distâncias maiores, acima de 10km”.

O campeão dos 10km foi o advogado Reginaldo Siqueira Faria que elogiou a organização da prova e a hidratação no percurso. Já a campeã dos 5km, a advogada Florence Lima Verde, disse que o percurso foi desafiador e diferente. “São inovações valiosas e uma corrida como sempre muito agradável”, ressaltou a atleta.

Para a vice-presidente da OAB-MT, Gisela Alves Cardoso, primeiro lugar na faixa etária - categoria advogada 5km. “Foi uma prova muito boa, com percurso diferente e, apesar do tempo quente e seco, foi um novo desafio. Quem gosta de correr, que vive esse esporte, todo o desafio é sempre muito bem-vindo. A Caixa de Assistência está de parabéns”.

A delegada da CAA/MT, em Cáceres, Renata Faria de Oliveira Vilela, participou pela primeira vez da Corrida da Advocacia, nos 21km, e aprovou. “É uma superação, adorei,

ano que vem estarei aqui de novo. Estou muito feliz, emocionada por ter subido ao pódio em primeiro lugar na minha faixa etária. Temos que apreciar e prestigiar, por isso convido todos os colegas do interior para participarem no ano que vem”, conclamou.

GERAL - O campeão geral nos 21km masculino, Urias Yostaque de Lima, disse ter um bom histórico de vitórias na Corrida da Advocacia. “Sempre participo da prova, queria fazer um tempo bom, mas tinha dúvida por causa do percurso pesado. No final quase cravei 1:10 que eu tinha planejado (fez 1:10:23). Eu gosto de percurso que tenha contato com a natureza, sair um pouco da cidade, foram pontos bem marcantes”.

A atleta Adriana Oliveira Silva, de Goiânia (GO), conquistou o primeiro lugar nos 10km geral feminino. “Essa é a segunda vez que participo dessa corrida e fiquei feliz em fazer uma boa prova. Estou treinando forte para chegar nas provas e conseguir fazer qualquer tipo de percurso. Esse aqui não foi fácil, mas deu tudo certo, vou levar uma boa impressão para Goiás”, completou.

Representante do município de Juína, Reginaldo Ferreira da Silva foi o vencedor dos 10km geral masculino. Segundo ele, os primeiros cinco quilômetros foram mais rápidos e depois vieram as subidas. “Estou muito contente. Em outras edições fiquei em segundo e terceiro lugar, nos 5km, e agora fui campeão nos 10km. O Dr. Cristovão, também de Juína, foi segundo colocado nos 5km e estamos sempre representando a cidade”, finalizou.

A VII Corrida da Advocacia tem o patrocínio da Unimed Cuiabá, Lebrinha, Adidas, RNI Rodobens, Elite Travel e Phídias Cooperfitness, e o apoio da OAB Mato Grosso.

Caixa de Assistência dos Advogados lança projeto sobre saúde mental na advocacia

Assessoria Invent Comunicação

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) lançou um projeto inédito sobre saúde mental na advocacia, em parceria com o Instituto de Psiquiatria e Estimulação Cerebral (IPEC), em Cuiabá, para prestar apoio psicológico e psiquiátrico aos profissionais.

A instituição, assim como o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), preocupada com o bem-estar dos profissionais, alerta para doenças que afligem o dia a dia da advocacia como depressão, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno obsessivo compulsivo e Síndrome de Burnout, que além de doenças graves, são também causas muito prováveis de alcoolismo, dependência química, e não raro, de suicídio.

“Um dos focos do projeto é prestar apoio aos advogados e advogadas que passam por esses transtornos, como queda da produtividade, dificuldade de concentração e crises de pânico, cada vez mais comum na profissão por diversos motivos, e que muitas vezes não conseguem assimilar o que de fato está acontecendo”, explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Segundo ele, a parceria com o IPEC, coordenada pelo médico psiquiatra Manoel Vicente de Barros, prestará auxílio aos profissionais com acompanhamento adequado que irá apontar doenças relacionadas ao esgotamento mental e indicar o melhor tratamento.

Além do trabalho assistencial, uma campanha com divulgação de vídeos informativos será disponibilizada nas redes so-

ciais da CAA/MT com dicas sobre prevenção e formas de tratar as patologias, assim como a importância do profissional detectar os sintomas e procurar ajuda.

“É importante que o profissional reconheça que pode ficar doente devido ao esgotamento físico e mental e, aos primeiros sintomas, procure ajuda o mais rápido possível. Essa é a nossa preocupação e de todo o Sistema OAB”, destaca a vice-presidente da CAA/MT, Xênia Artmann Guerra.

A advogada lembra que para algumas pessoas possa ser desconfortável falar de temas assim. “Falar do que nos é desconfortável é um dos objetivos do nosso projeto e assim tentar auxiliar os profissionais da advocacia a enfrentar sem preconceito esses fantasmas para buscar auxílio médico, quando necessário”, concluiu Xênia.

CONVÊNIO - O apoio e tratamento de saúde psicológico serão mais um benefício aos associados da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso, por meio de um convênio assinado esta semana com o IPEC, para que os profissionais possam usufruir de médico psiquiatra, médica clínica geral e intensivista (clínica geral, fibromialgia e enxaqueca) e psicóloga (tratamento com Estimulação Magnética Transcraniana) com valores especiais.

Os advogados e advogadas que estiverem realizando o tratamento com estimulação magnética terão acesso a consultas com o psiquiatra sem custo extra e com preferência de horários. As consultas e o tratamento poderão ser pagos em dinheiro ou cartão de débito ou crédito à vista.

Mais informações no site www.caamt.com.br ou pelos telefone (65) 3644-1374/1006.

Crianças se divertem durante IV Corrida da Advocacia Kids

Assessoria Invent Comunicação

A tarde quente do dia 24 de agosto foi de muita animação para cerca de 150 crianças que participaram da IV Corrida da Advocacia Kids, na Associação dos Advogados, em Cuiabá. O evento promovido pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) e Ultramacho, visa integrar pais e filhos por meio do esporte.

O evento cresceu em comparação aos anos anteriores. “Começamos de forma tímida, como uma brincadeira, fomentando o esporte para os filhos dos advogados e a festa vem crescendo ano após ano com a participação de toda a comunidade. Para nós, da Caixa de Assistência, é motivo de muito orgulho e satisfação cuidar do maior patrimônio que temos, que são nossos familiares e nossos filhos”, destacou o presidente da entidade, Itallo Leite.

Com camisetas devidamente numeradas, os meninos e meninas levaram a sério as disputas. Divididos por faixa etária, percorreram distâncias de 40 metros (para aqueles de 2, 3 e 4 anos) a 300 metros (11 e 12 anos), tudo monitorado por profissionais, ao som de muita música, personagens infantis e brincadeiras. Ao final, todos ganharam medalhas de participação. “Era o sonho do meu filho ganhar uma medalha. Daniel estava ansioso por esse dia. Agora, graças à corrida kids, ele realizou esse sonho”, contou a advogada Carla Passos, mãe do pequeno atleta de 3 anos de idade estreante na prova.



A primeira-dama de Mato Grosso, Virgínia Mendes, compareceu ao evento acompanhando a filha Maria, de 4 anos, e elogiou a iniciativa da Caixa em promover o esporte para as crianças. “O esporte é muito importante para todos, mas, principalmente, para as crianças que começam cedo a entender a importância da atividade física”, disse ela ao comentar que Maria veio com a amiguinha Olívia, que a incentivou a participar.

Para o advogado Sandro Alberto de Souza, pai do César (5 anos), são muito válidos eventos que tiram a garotada do sedentarismo. “Nos tempos de hoje, nossas crianças ficam muito em casa, com celulares e vídeo games. A

gente, enquanto pais, precisa incentivar esse tipo de prática esportiva, de interação ao ar livre”.

A vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso (OAB/MT), Gisela Alves Cardoso, ressaltou a importância do esporte para a saúde e lembrou a finalidade promovida pela Caixa de Assistência, que é o bem estar dos advogados e familiares. “Sou apaixonada pela corrida de rua, pratico e apoio a iniciativa e outros eventos em prol da saúde”, afirmou. O filho de Gisela, João Pedro, de 9 anos, participou de todas as edições da corrida e mais uma

vez se divertiu com a prática do esporte.

Quem também levou os filhos de 7 e 10 anos e o sobrinho de 3 para a festa foi a vice-presidente da CAA/MT, Xênia Artmann Guerra, que apontou a participação de advogados e familiares do interior do Estado no evento. “Recebemos advogados de Sorriso, Sinop, Rondonópolis e tantas outras cidades que trouxeram suas famílias, o que demonstra cada vez mais a integração que buscamos em todas as atividades da Caixa”.

Para o diretor tesoureiro da OAB/MT, Helmut Daltro, o mês dedicado à advocacia foi movimentado com atividades de interação do Sistema OAB Mato Grosso. “A Caixa vem trabalhando todos os eventos que buscam o bem estar, a saúde e, em especial, essa interação da família”, declarou.

A opinião de Helmut foi compartilhada pelo diretor tesoureiro da CAA/MT, Leonardo Vergani, ao reforçar que a corrida das crianças veio para acrescentar a interação entre pais e filhos, ocorrendo um dia antes da corrida dos adultos. “É uma festa linda com a família dos advogados e a comunidade”, concluiu.

Durante o evento foram servidos água gelada, frutas, picolés, pipocas e muitos mimos para as crianças. A IV Corrida da Advocacia Kids contou com o patrocínio da Unimed Cuiabá, Lebrinha, RNI Rodobens, Elite Travel e Phídias Cooperfitness, e o apoio da OAB Mato Grosso.

CAA+Saúde é iniciado em seis cidades

Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra são as cidades escolhidas para iniciarem o CAA+Saúde. Realizado pela Caixa de Assistência dos Advogados em parceria com a equipe Ultramacho e apoio da OAB-MT, o projeto tem por objetivo incentivar a prática da corrida de rua entre os profissionais da advocacia, proporcionando saúde e qualidade de vida.

O presidente da CAA/MT, Itallo Leite, explica que o CAA+Saúde tem duração de 03 meses. “As atividades são realizadas em grupo e com a orientação de um profissional de Educação Física, duas vezes na semana, com uma hora de duração cada aula. O projeto ocorre, simultaneamente, em todas as seis cidades participantes”.

Nas aulas, os alunos fazem atividades de aquecimento, treinamento funcional, prática de corrida e alongamento. Isso tudo sob a supervisão do profissional de Educação Física.

Os participantes pagaram taxa no valor de R\$ 250,00 (valor único para os 03 meses do CAA+Saúde).

Confira ao lado os dias e horários do CAA+Saúde em cada cidade:

BARRA DO GARÇAS

2ª e 6ª feira - Pista dupla em frente ao Ganha Tempo
18h às 19h (15 vagas) / 19h às 20h (15 vagas)

CÁCERES

3ª e 5ª feira - Avenida Talhães, nº 07, Vila Mariana
6h às 7h (15 vagas) / 18h30 às 19h30 (15 vagas)

CUIABÁ

3ª e 5ª feira - Parque das Águas
6h às 7h (15 vagas) / 7h às 8h (15 vagas) / 18h às 19h (15 vagas) / 19h às 20h (15 vagas)

RONDONÓPOLIS

3ª e 5ª feira - Ponte Nova
6h30 às 7h30 (15 vagas) / 18h30 às 19h30 (15 vagas)

SINOP

3ª e 5ª feira - Pista de caminhada da Avenida das Itaúbas (em frente ao posto)
18h às 19h (15 vagas) / 19h às 20h (15 vagas)

TANGARÁ DA SERRA

3ª e 5ª feira - Praça Memorial dos Pioneiros
18h15 às 19h15 (15 vagas) / 19h15 às 20h15 (15 vagas)

ESA-MT Oferece

CURSO: CAPACITAÇÃO EM MEDIAÇÃO PRIVADA Parcelado em 3x no cartão de crédito

NECESSÁRIO 100% DE PARTICIPAÇÃO PARA O RECEBIMENTO DO CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO CURSO.

Município de Realização: CUIABÁ
Período do Curso: 14/10/2019 até 18/10/2019 - Inscrições Abertas
Total de Vagas: 30 - Inscrição Paga
Data Limite de Inscrição: 17/10/2019

CURSO: DANO MORAL E SUA PROJEÇÃO PROCESSUAL - TELEPRESENCIAL **Município de Realização:** CUIABÁ **Período do Curso:** 25/09/2019 até 25/09/2019 - Inscrições Abertas **Total de Vagas:** 30 - Inscrição Paga **Data Limite de Inscrição:** 24/09/2019

CURSO: VEDAÇÃO DAS DECISÕES-SURPRESA NO CPC DE 2015 - TELEPRESENCIAL **Município de Realização:** CUIABÁ **Período do Curso:** 24/09/2019 até 24/09/2019 - Inscrições Abertas **Total de Vagas:** 30 - Inscrição Paga **Data Limite de Inscrição:** 23/09/2019

OAB VG integra programação do Ciclo de Palestras da Fausb

Em comemoração ao Mês da Advocacia e do Estudante, a Subseção de Várzea Grande da OAB-MT integrou a programação do evento Ciclo de Palestras Fausb (Faculdades Integradas Desembargador Sávio Brandão) 2019, no dia 21 de agosto, para esclarecer o papel institucional da entidade. A palestra foi ministrada pela presidente da OAB Várzea Grande, Flávia Moretti.

Estudantes de Direito e outras áreas da instituição puderam conhecer um

pouco do papel desempenhado pela Ordem, tanto quanto à defesa do exercício profissional quanto às causas da sociedade civil organizada assumidas e acompanhadas pela instituição.

O que o Código de Ética e Disciplina da Advocacia diz quanto à publicidade também foi outro tema debatido pela OAB VG. A presidente da Comissão de Direito Previdenciário da entidade, a advogada Josineia Sanabria Ortiz Prado tratou do tema.



Projeto da Cojad leva conscientização ambiental a estudantes

Mais de 100 alunos da Escola Municipal de Ensino Básico Tereza Benguela, no Jardim Comodoro, em Cuiabá, participaram da última edição do projeto OAB Vai À Escola, promovido pela Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da OAB-MT, no dia 6 de agosto.

De forma lúdica, os advogados Luis Felipe Monteiro da Silva, Laysla Alves Nogueira Barros, Juliana Cássia da Mata Silva e Wilson Alves de Lima Filho conversaram com os estudantes de 6 a 8 anos dos 1º e 2º anos do ensino fundamental sobre o Meio Ambiente e promoveram o plantio de mudas de plantas nativas do cerrado.

A ação também contou com sorteio de kits de desenho, distribuição de doces e muita animação por parte dos alunos.

Sob coordenação de Luis Felipe Monteiro da Silva, o projeto OAB Vai à Escola é desenvolvido pela Cojad e oferece palestras sobre os mais diversos temas a estudantes do ensino fundamental, médio e superior. As escolas interessadas podem entrar em contato com o advogado para agendar a palestra.



OAB Vai à Escola participa da Semana das Profissões

Capitaneado pela Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da OAB-MT, o projeto OAB Vai à Escola participou da Semana das Profissões do Programa Aprendiz Legal.

O programa é uma parceria do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) com a Fundação Roberto Marinho e a Semana das Profissões é realizada em todo o país.

Em Cuiabá, no dia 21 de agosto, foi a vez da OAB-MT apresentar aos jovens aprendizes os desafios da advocacia.

Membro da Cojad, o advogado Felipe Monteiro abordou diversos aspectos da profissão, desde o resgate histórico da atuação do advogado à indispensabilidade da advocacia para a sociedade, tal qual estabelecida na Constituição Federal.

Temas atuais, como di-

reitos humanos, trabalhistas e previdenciários também foram discutidos com os estudantes durante o evento.

OAB Vai À Escola – É um projeto permanente da Cojad que leva informações sobre os mais diversos temas para estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior. As instituições interessadas em oferecer palestras podem entrar em contato com a comissão para realizar o agendamento.



Informe OAB

Ordem conclama advocacia a contribuir com FIA através da doação de IR devido

Pelo terceiro ano consecutivo, a OAB-MT, através da Comissão de Infância e Juventude (CIJ), adere à campanha de doação do imposto de renda ao Fundo para Infância e Adolescência (FIA). Até o dia 31 de dezembro deste ano, os interessados podem oferecer até 6% do imposto devido e ainda receber benefícios como a redução do valor a ser pago ou aumento na restituição. Desta forma, a Ordem conclama a advocacia a fazer a doação. O FIA é um fundo público nacional reservado para financiar e promover projetos desenvolvidos na defesa da infância e juventude. A presidente da CIJ, Tatiane de Barros Ramalho, reforçou que os recursos são exclusivos, não podem ser usados em outra área e reiterou o convite aos contribuintes. Na abertura do III Congresso Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizado na OAB-MT em julho, a seccional repactuou sua participação na campanha assinando o termo de cooperação técnica com representantes das diversas entidades e órgãos de Mato Grosso parceiros na iniciativa.



OAB-MT apoia alteração da lei que regula a recuperação judicial

A Comissão de Estudos da Lei de Falência e Recuperação de Empresas da OAB-MT manifestou apoio ao projeto de consenso das entidades para alteração da Lei 11.101/05, que regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. No dia 14 de agosto, o presidente da comissão, Breno Miranda, participou da reunião do Grupo de Consenso para a alteração da lei, que conta com apoio de mais de 20 entidades, no Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Está em trâmite na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 10.220/18 que propõe alterações à legislação em vigor e gera uma série de polêmicas. Assim, a sob a coordenação do advogado Ivo Weisberg, do IASE, um grupo de consenso de entidades se reuniu para apresentar uma proposta alternativa para a atualização da lei.

OAB-MT assume vice-presidência do Condecon após eleições

O Conselho Estadual de Defesa do Consumidor de Mato Grosso (Condecon/MT) passou a contar, desde o dia 23 de agosto, com um novo membro da OAB-MT em sua diretoria. Depois das eleições realizadas na referida data, a entidade passou a ocupar a vice-presidência do Condecon/MT, representada pelo advogado Fábio Nunes Neves de Araújo. Para presidente do Conselho foi eleita a secretária-adjunta de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (Procon), da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), Gisela Simona.

Ordem intervém e garante suspensão de prazos e certidões durante indisponibilidade gerada no PJe do TRT-MT

Após intervenção da OAB-MT, por meio das comissões de Direito Eletrônico (Codel) e de Direito do Trabalho, o Tribunal Regional Eleitoral da 23ª Região (TRT-MT) suspendeu os prazos processuais que venceram durante o período de inconsistência do Processo Judicial Eletrônico (PJe), em função de sua necessidade de atualização. O intervalo em questão foi do dia 19 a 22 de agosto, quando foram emitidas certidões de indisponibilidade. Nos dias 17 e 18 passados, o Tribunal anunciou que faria a atualização do Sistema PJe. Porém, a nova versão mudou o endereço eletrônico de acesso à ferramenta. Conforme relato feito à Codel, diversos profissionais da advocacia demandaram, até dia 22, suporte técnico para conseguir acessar o programa. As certidões podem ser emitidas quando se acessa, no site do TRT 23, as datas de 19, 20, 21 e 22 de agosto.

OAB defende participação obrigatória de advogados nos meios alternativos de solução de conflitos

A OAB nacional considera que a participação dos advogados é indispensável nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), na fase pré-processual e também nos meios alternativos de soluções de conflitos, como mediação e conciliação. A entidade apoia o Projeto de Lei da Câmara nº 80/2018, que visa alterar o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94), para determinar a obrigatoriedade da presença dos advogados nesses casos. No início de agosto, em Brasília, o secretário-geral adjunto da OAB Nacional, Ary Raghiant Neto, defendeu a posição da advocacia durante um debate sobre esse tema na sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em Destaque



Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, comemora junto aos vereadores de Cuiabá a aprovação da Lei Complementar nº 471/2019, que torna ilícito funcional o desrespeito às prerrogativas da advocacia por servidores públicos



Representantes das entidades integrantes da campanha de doação do imposto de renda devido ao Fundo para Infância e Adolescência, o FIA. Pelo terceiro ano consecutivo, a OAB-MT adere à iniciativa por meio da Comissão da Infância e Juventude



Presidente da Comissão de Direito Carcerário da OAB-MT, Waldir Caldas, e secretário-geral da Ordem, Flávio Ferreira, em reunião com o juiz da Vara de Execuções, Geraldo Fidelis, e o secretário-adjunto de Administração Penitenciária, Emanuel das Flores, sobre acesso da advocacia à Penitenciária Central do Estado



Presidente da OAB-MT e TDP reunidos com o Cel. Mendes e a equipe de segurança do Poder Judiciário e o diretor do Foro de Cuiabá, Luís Bortolussi Júnior, tratando sobre as prerrogativas da advocacia



Membros da Seccional e da OAB VG conhecem o projeto de construção da nova sede da subseção, cujo projeto está em franco andamento